



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1010977-93.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Direitos da Personalidade**
 Impetrante: **Jose Marcos Valim**
 Impetrado: **Diretora Superintendente do Departamento de Trânsito da Circunscrição de Araraquara – Sp**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

JOSÉ MARCOS VALIM qualificado nos autos, impetrou o presente mandado de segurança contra o **DIRETORA SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DA CIRCUNSCRIÇÃO DE ARARAQUARA**, afirmando que foi notificado do processo administrativo de suspensão de seu direito de dirigir, pelo o que interpôs recurso junto ao DETRAN. Alegou que após este ter sido indeferido, apresentou recurso tempestivo junto à JARI, mas, para sua surpresa, foi notificado de que não havia apresentado recurso e que estaria sujeito às penalidades a partir do dia 11/09/2018. Pleiteou em tutela antecipada a suspensão dos efeitos referentes ao processo administrativo nº 0000019-0/2018 e ao final fosse declarado ilegal ou insubsistente o ato impugnado, determinando-se o arquivamento do referido procedimento administrativo. Juntou documentos.

A liminar foi deferida.

Notificada, a autoridade coatora prestou suas informações. Ao final o representante do Ministério Público declinou de sua intervenção.

É o Relatório.

DECIDO.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

A ordem deve ser denegada.

Como se percebe pelo documento de fl. 89, o recurso interposto junto à JARI foi devidamente julgado e indeferido, tendo sido, assim, recebido.

Desta forma, apesar de ter havido um erro junto ao sistema dando conta de que não havia sido apresentado recurso pelo impetrante, houve sua posterior correção e o encaminhamento do referido recurso, que foi devidamente julgado.

No mais, não se denota qualquer irregularidade que dê ensejo à declaração de ilegalidade do processo administrativo de suspensão do direito de dirigir do impetrante.

Preserva-se, pois, a presunção de veracidade do ato administrativo, visto que não há nada nos autos que possa infirmá-lo.

Ante o exposto, **DENEGO A SEGURANÇA e revogo a tutela de urgência concedida nos autos.**

Arcará o impetrante com o pagamento das custas e despesas processuais, ressalvada a gratuidade, estando isento dos honorários advocatícios, ao teor da Súmula 105 do S.T.J e art. 25 da Lei 12.016/2009.

Oficie-se à autoridade coatora, cientificando-a do teor desta decisão, bem como da revogação da tutela de urgência.

P.I.C.

Araraquara, 08 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**